

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO e TRIBUTÁRIO

DIREITO FINANCEIRO- DEF 211

Primeiro semestre de 2017

Prof. Associado Estevão Horvath

PROGRAMA

1. Noções introdutórias

- 1.1. As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado.
- 1.2. Ciências das Finanças e Direito Financeiro. História e evolução do Direito Financeiro.
- 1.3. Direito Financeiro: definição, princípios e conteúdo. Política financeira.
- 1.4. Normas gerais de Direito Financeiro. A Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

2. Receita Pública

- 2.1. Entradas e receitas. Conceito e classificações.
 - 2.1.1. Receitas originárias. Teoria dos preços. Taxa e preço público.
 - 2.1.2. Receitas derivadas.
 - 2.1.3. Renúncia de receitas.
- 2.2. A extrafiscalidade.
- 2.3. Federalismo fiscal e pacto federativo.
 - 2.3.1. Repartição de fontes de receita: a discriminação da competência tributária.
 - 2.3.2. Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais.

3. Despesa pública

- 3.1. Conceito, características e classificações.
- 3.2. Destinação de recursos para o setor privado. Subvenções sociais e econômicas. A atuação do terceiro setor.
- 3.3. Desvio de recursos, corrupção e improbidade.
- 3.4. Qualidade do gasto público. Modernização e eficiência da gestão pública.
- 3.5. Gasto público e as políticas públicas. Democratização do gasto público.
- 3.6. Regime jurídico e a execução da despesa pública. Os precatórios judiciais.
- 3.7. Limitação das despesas com pessoal e a LRF.

4. Orçamento

- 4.1. Conceito, natureza jurídica e funções. Origem e evolução. Espécies.
- 4.2. Regime jurídico do orçamento público. A Lei 4320/64 e a LRF. Direito Constitucional orçamentário. Princípios orçamentários.
- 4.3. Leis orçamentárias e o planejamento da ação governamental
- 4.4. Ciclo orçamentário
 - 4.4.1. Fase administrativa: elaboração do orçamento. Orçamento participativo.
 - 4.4.2. Fase legislativa: processo legislativo orçamentário.
 - 4.4.3. Execução orçamentária. O princípio da flexibilidade orçamentária.
 - 4.4.4. O orçamento impositivo.
- 4.5. Decisões judiciais, orçamento público e ativismo judicial.
 - 4.5.1. Teoria da reserva do possível
 - 4.5.2. Teoria da impossibilidade material

5. Fiscalização financeira e orçamentária

- 5.1. Tipos de controle
 - 5.1.1. Controle interno
 - 5.1.2. Controle externo
- 5.2. Os Tribunais de Contas
 - 5.2.1. Composição e funções. Controle da legalidade, legitimidade e economicidade
 - 5.2.2. Responsabilização dos agentes públicos
- 5.3. O princípio da transparência fiscal. Controle social do orçamento

6. Crédito Público

- 6.1. Dívida pública e operações de crédito: natureza jurídica, conceitos e classificações.
- 6.2. Regime jurídico. A Lei de Responsabilidade Fiscal. As Resoluções do Senado.
- 6.3. Controle, fiscalização e prestação de contas.
- 6.4. Dívida pública e federalismo. Os limites do endividamento e a responsabilidade fiscal.

BIBLIOGRAFIA

- ATALIBA, Geraldo. **Empréstimos públicos e seu regime jurídico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.
- BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. Rio de Janeiro: Forense.
- BOUVIER, Michel; ESCLASSAN, Marie-Christine; LASSALE, Jean-Pierre. **Finances Publiques**.
- CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). **Orçamentos públicos e direito financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F.; BRAGA, Carlos A. F (orgs.). **Federalismo fiscal – questões contemporâneas**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.
- CONTI, José Mauricio (coord.). **Orçamentos públicos**. A Lei 4320 comentada. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- CONTI, José Mauricio (org.). **Federalismo fiscal**. Barueri (SP): Manole, 2004.
- CONTI, José Mauricio. **A autonomia financeira do Poder Judiciário no Brasil**. São Paulo: MP Editora, 2006.
- HORVATH, Estevão; CONTI, José Mauricio; SCAFF, Fernando F. (orgs.). **Direito Financeiro, Econômico e Tributário**. Estudos em homenagem a Regis Fernandes de Oliveira. São Paulo: Quartier Latin, 2014
- HORVATH, Estevão. **O Orçamento no século XXI: tendências e expectativas**. Tese apresentada ao concurso de professor titular de Direito Financeiro da USP, 2014.
- OLIVEIRA, Regis F. **Curso de Direito Financeiro**. 5ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Regis F. **Gastos públicos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.
OLIVEIRA, Regis Fernandes; HORVATH, Estevão; CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury. **Lições de Direito Financeiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016
TORRES, Heleno T. **Direito Constitucional Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014
TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo: Renovar, 2003.

DINÂMICA DO CURSO E AVALIAÇÃO

O curso será composto por aulas expositivas e seminários.

Serão quatro seminários, cada um distribuído a 3 grupos, de 10 (dez) alunos cada. Todos os grupos devem vir na data marcada preparados para uma exposição sobre o tema. Um grupo será sorteado para expor o tema, pelo período de 45min, sendo que os outros dois grupos deverão debater as questões apresentadas trazendo novos argumentos.

Os seminários valerão de zero a dez e representarão 30% da nota final.

Todos os alunos devem responder às questões propostas para discussão em cada seminário e entregar as respostas pelo sistema Moodle até às 18h do dia anterior à apresentação de cada seminário. O conjunto de respostas às questões também será avaliado de zero a 10 (dez) e representará 30% na nota final.

Além dos seminários e questões serão aplicadas duas provas e sua média representará 40% da nota final.

A prova substitutiva será feita oralmente, em data a ser designada pela direção da Faculdade.

Recomenda-se aos alunos que acessem o sistema Moodle para recebimento de comunicações e acesso a textos.

Data dos Seminários:

27/03/2017 – Seminário 1 - Normas Gerais de Direito Tributário

26/03/2017 - 18h Limite para entrega das questões

17/04/2017 – Seminário 2 - Receita Pública

16/04/2017 - 18h Limite para entrega das questões

08/05/2017 – Seminário 3 - Despesa Pública

07/05/2017 - 18h Limite para entrega das questões

29/05/2017 – Seminário 4 - Orçamento Público

28/05/2017 - 18h Limite para entrega das questões

12/06/2017 - Seminário 5 - Crédito Público

11/06/2017 - 18h Limite para entrega das questões

Provas:

Prova Intermediária: 15/05/2017

Prova Final: 19/06/2017

Prova Substitutiva: 03/07/2017

Elementos que compõem a nota final (NF):

Nota de Seminário (NS) Peso 0,3

Média das Provas (P1+P2/2) Peso 0,4

Nota de Trabalhos (NT) Peso 0,3

Fórmula NF: $NS*0,3+P1+P2/2*0,4+NT*0,3$